



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Jonaz Gil Barcelos**

Apontamentos sobre o capitalismo dependente no Brasil

Florianópolis

2022

**Jonaz Gil Barcelos**

Apontamentos sobre o capitalismo dependente no Brasil

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ricardo Lara, Dr. em Serviço Social.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Barcelos, Jonaz Gil  
Apontamentos sobre o capitalismo dependente no Brasil/ Jonaz Gil Barcelos; orientador,  
Ricardo Lara, 2022.  
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,  
2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Capitalismo Dependente. 3. Trabalho Doméstico.
4. Discriminação Étnico-Racial. I. Lara, Ricardo.  
II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Jonaz Gil Barcelos

Apontamentos sobre o capitalismo dependente no Brasil

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Serviço Social

Florianópolis, 28 de julho de 2022.

Profa. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs, Dra.

Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

Prof. Ricardo Lara, Dr.

Orientador (UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Edivane de Jesus, Dr.<sup>a</sup>

Avaliadora (UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Heloísa Teles, Dr.<sup>a</sup>

Avaliadora (UFSC)

Prof. Leandro Nunes

Avaliador (UFSC)

**À Dadá, com todo o meu amor e afeto.**

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho seria impossível sem o apoio de meus familiares, amigas(os) e camaradas. Ao que se soma a presença de todas as professoras e professores que contribuíram nessa jornada de aprendizado e de amadurecimento. Para todos vocês, deixo registrado aqui o meu muito obrigado! Também quero agradecer o meu orientador, parceiro de tantas conversas, debates, estudos e risadas. Agradecer ao grupo de estudos do NEPTQSAL, que me possibilitou a realização de diversas leituras, além de uma profícua troca de ideias entre colegas.

Ao Lokomotiv Dekolow, o maior time de futebol; de piadistas; de noveleiros; de críticos de cinema; de analistas de conjuntura; e de companheiros de resenha. O meu agradecimento virá em forma de gols.

Por fim, quero deixar registrado o meu agradecimento - mesmo que de forma genérica - à Universidade Federal de Santa Catarina, pois, sem a existência do ensino público, gratuito e de qualidade, eu jamais teria chegado aonde cheguei.

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:  
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação,  
A iniciativa rápida, a longa reflexão,  
A fria paciência e a infinita perseverança,  
A compreensão do caso particular e a compreensão do  
conjunto:  
Somente as lições da realidade podem nos ensinar a transformar  
a realidade.

Bertolt Brecht



## Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo apresentar contribuições categorias para o estudo do capitalismo brasileiro e suas particularidades. Para isso, se partirá, primeiramente, de um breve comentário sobre o processo de acumulação de capital, considerando a constituição de uma economia dependente sob a dinâmica do mercado mundial, naquilo que é caracterizado pela divisão internacional do trabalho. Em seguida, se realizará uma reflexão sobre a função que o trabalho doméstico, que, ao ser imputado às mulheres, têm desempenhado na manutenção e na reprodução da força de trabalho superexplorada. Depois, se empreenderá uma análise do papel desempenhado pela discriminação étnico-racial no processo de constituição e de desenvolvimento do capitalismo dependente. Tudo isso, tendo por base, a categoria do valor como elemento fundamental para explicar a dinâmica das relações sociais de produção e de reprodução. Pata tanto, se realizou a leitura de algumas obras pertencentes às ciências sociais e à historiografia brasileira, com a finalidade de debater esses processos à luz do materialismo histórico e da tradição crítica do marxismo latino-americano.

**Palavras-chave:** Capitalismo Dependente 1. Trabalho Doméstico 2. Discriminação Étnico-Racial 3.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>2. Algumas considerações acerca da dependência em suas manifestações concretas ...</b>	<b>13</b>
<b>3. Sobre a importância do trabalho doméstico no capitalismo dependente.....</b>	<b>20</b>
<b>4. A discriminação étnico-racial sob a ótica da superexploração .....</b>	<b>31</b>
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>38</b>
<b>Referências .....</b>	<b>40</b>

## 1. Introdução

A ideia do presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC surgiu durante a realização do estágio obrigatório, quando mantive contato com os usuários que acessavam os serviços da Assistência Social e, posteriormente, do PAEFI - CREAS. Fato que suscitou longas conversas com a minha supervisora de campo, tanto no que diz respeito ao papel exercido pelas mulheres em nossa sociedade – como mães e trabalhadoras domésticas -, quanto à presença majoritária de pessoas pretas e pardas como demandantes dos serviços. Realidade, que a nosso ver, só poderia ser explicada mediante uma contextualização que fosse além da abrangência fenomênica de tais ocorrências. Donde venho a ideia de se estudar algumas das particularidades da sociedade brasileira, compreendendo o uso de determinadas categorias para o entendimento dos fenômenos que, de certa maneira, foram presenciados de perto durante o estágio.

Desta maneira, o estudo das particularidades que fazem parte da formação social brasileira, tendo por base a constituição do capitalismo dependente e seu respectivo processo de acumulação de capital, nos possibilitará adentrar à dinâmica de valorização que se encontra nucleada pela superexploração da força de trabalho. O que, por sua vez, nos levará a colocar a categoria do valor como mote de reflexão dos processos e das relações sociais a serem tratadas neste trabalho.

Assim, em primeiro lugar, se abordará a importância que o trabalho doméstico tem para a manutenção e a reprodução da força de trabalho superexplorada, entendendo a objetivação da divisão sexual do trabalho como um dispositivo de redução velada do preço a ser pago na compra da força de trabalho pelos capitalistas brasileiros. De modo que, através dessa relação de submissão da mulher ao homem no âmbito do lar, as classes dominantes não só lograram manter o controle sobre a parcela feminina da sociedade, como também, conseguiram estabelecer um expediente que os auxilia na sua acumulação de capital. Além disso, a própria permanência do trabalho doméstico como algo pertencente às mulheres - dentro de uma visão que tende a naturalizá-lo -, tem refletido direta e indiretamente na concepção das políticas sociais e, conseqüentemente, na conduta dos assistentes sociais. O que, a nosso ver, precisa começar a ser debatido.

Em segundo lugar, o trabalho que aqui se apresenta, tentará estabelecer uma discussão sobre alguns dos resquícios da escravidão - precisamente, aquilo que podemos denominar como uma espécie de reconfiguração do racismo no capitalismo dependente - e a

prática da superexploração. Situação que nos leva a pensar de que forma a constituição da classe trabalhadora, a estruturação da discriminação étnico-racial e a presença massiva do lumpemproletariado se articulam em nossa sociedade, promovendo um processo particular de valorização do capital. Tanto que, em termos de relação de poder e de dominação, o que se percebe é uma fragmentação dos *de baixo* a favor dos *de cima*, por intermédio de procedimentos racistas que vicejam em meio a nossa população. O que explica, inclusive, a tendência visceral que há em legitimar a opressão e a coerção sofridas pelo negro, transformando-o na figura principal das políticas de marginalização econômico, social e cultural, que são levadas a cabo pelas classes dominantes.

Por isso, consideramos que os temas propostos podem servir como uma provocação para se pensar as particularidades do capitalismo dependente, isto é: 1) de como a realização do trabalho doméstico - como uma demonstração de afeto e de comprometimento da mulher para com a sua família - funciona como um mecanismo de aprisionamento e de perpetuação da trabalhadora sob o capitalismo e o patriarcado; 2) de como a discriminação étnico-racial se vincula ao processo de valorização do capital e, por conseguinte, aprofunda ainda mais as desigualdades existentes em nossa sociedade.

Para tanto, se realizou a leitura de algumas obras pertencentes à área das ciências humanas e que são, de certa maneira, imprescindíveis para a realização do debate que está sendo proposto. Embora, é bom que se diga, nem todas elas aparecerão diretamente sob a forma de citação. Assim, obras como: *A escravidão reabilitada*, de Jacob Gorender; *Trabalho e vadiagem*, de Lúcio Kowarick; *O povo brasileiro* e *As Américas e a civilização*, de Darcy Ribeiro; *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini; *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira; *As classes perigosas*, de Alberto Passos Guimarães; *Sociologia do negro brasileiro*, de Clóvis Moura; *Por uma revolução africana*, de Frantz Fanon; *Significado do protesto negro* e *A força do argumento*, de Florestan Fernandes; *O ponto zero da revolução* e *O patriarcado do salário*, de Silvia Federici; *Aproximaciones al marxismo*, de Néstor Kohan; *O capital*, de Karl Marx; entre outras leituras pertinentes.

Baseando-se no materialismo histórico, isto é: naquilo que nos foi legado pela tradição marxista enquanto método de apreensão e de reprodução ideal do movimento da realidade; o presente trabalho buscará através das leituras previamente realizadas apresentar uma abordagem teórico-argumentativa centrada nas relações sociais de produção - como contradições de primeira ordem - e nas relações de desigualdade e de discriminação - como contradições de segunda ordem - que servem como componentes de sustentação e de promoção da superexploração da força de trabalho. Razão pela qual, a crítica a ser realizada

terá como um de seus elementos fulcrais a produção de valor - enquanto força de trabalho despendida na qualidade de trabalho abstrato - sob o capitalismo dependente.

Por fim, é importante ressaltar que este trabalho não se apresenta despido de um mote contestatório à ordem social regida pela lógica do capital, o que, no meu entendimento, coaduna com o projeto ético-político que orienta a formação e a atuação dos assistentes sociais. O que nos leva, evidentemente, a vincar um posicionamento favorável à transformação social e, conseqüentemente, à emancipação humana.

## 2. Algumas considerações acerca da dependência em suas manifestações concretas

De acordo com as teorias da dependência<sup>1</sup>, o desenvolvimento do capitalismo europeu ocorreu não somente com a superação do regime feudal de produção, como também, se deu mediante o processo de dominação e de espoliação dos continentes ao sul e ao oeste da Europa. O que significa dizer, que sem a conquista e a exploração dos territórios que vieram a se transformar em países coloniais, o crescimento econômico-social e político-cultural do capitalismo seria mais letárgico. Pois, a propulsão tomada pelo desenvolvimento mercantil e industrial não seria a mesma se as metrópoles do capitalismo mundial não tivessem acesso ao conjunto da riqueza material e cultural extraída das colônias africanas e americanas. Dessa forma, o processo de acumulação originária de capital deve ser visto de maneira ampla e contínua, envolvendo tanto os territórios em que a produção industrial se desenvolveu, quanto os territórios em que a exploração da força de trabalho alheia se processou de maneira "arcaica" e extensiva. Já que, nas palavras de Agustín Cueva, a magnitude vista na acumulação primitiva dos países europeus só foi possível devido à desacumulação, sem precedentes, levada a cabo na América Latina<sup>2</sup>.

Assim, como resultado desse processo, as colônias latino-americanas acabaram ficando presas aos interesses e aos anseios dos espoliadores europeus. Os quais, ávidos por fazer fama e fortuna em uma região que era tida como inóspita para os seres "civilizados", muitos dos que aqui aportaram vieram armados com a cruz e a espada no intuito de dominar, subjugar e explorar os povos ameríndios. Além, é claro, de se utilizar do comércio de africanos escravizados para angariar recursos financeiros e humano-energéticos para as suas empreitadas na produção e na extração de riquezas sociais e naturais. Isso porque, insistimos, tal dinâmica histórica foi fundamental para o sucesso na consolidação da produção industrial capitalista, através do saqueio ocorrido nos territórios americanos.

Foi através da violência, praticada pelos conquistadores contra os povos originários das Américas, que o sistema colonial foi implementado. Com a brutal dizimação da vida, da

---

<sup>1</sup> Ao fazer referências às teorias da dependência quero chama a atenção para o fato de que existem distintas aproximações e abordagens com relação à dinâmica centro-periferia do capitalismo, considerando, inclusive, os seus reflexos internos no desenvolvimento das economias latino-americanas. Exemplo disso são as interpretações realizadas por Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Enrique Dussel, Agustín Cueva, entre outros, que diferem das que são realizadas pelos intelectuais que compõem a Teoria Marxista da Dependência, como: Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos, Jaime Osorio, entre outros.

<sup>2</sup> Nas palavras de Cueva (1983): "Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo" (p. 24).

cultura e da saúde física e psíquica daqueles que foram submetidos ao domínio e à exploração levada a cabo pelos europeus - sobretudo, espanhóis e portugueses. Estes, gozando do progresso tecnológico-militar alcançado em seus países, lograram se apropriar dos territórios, da natureza e da força de trabalho alheia. Situação que se expressava, também, na captura e no traslado sistemático de africanos que eram comercializados e escravizados pelos mercadores e dominadores europeus. Pois, sem a presença de massa de cativos, a produção colonial não teria a mesma magnitude que teve durante a sua vigência.

Escravagismo que, em termos financeiros, encontrou um importante suporte de sustentação na presença do tráfico negreiro praticado pelos países que fruía do comércio marítimo intercontinental. Isso porque, de acordo com os interesses mercantilistas da época, o comércio de escravos se tornará não só uma atividade altamente rentável, como também, extremamente favorável para a consecução do sistema de produção colonial. Assim, mediante tal comércio, nações como a Inglaterra conseguiram angariar portentosos recursos para impulsionar e consolidar a sua produção industrial<sup>3</sup>. Pois, foi assim que o denominado comércio triangular se fez, ao colocar o africano como uma mercadoria no circuito de trocas entre as metrópoles e as colônias que faziam uso do trabalho compulsório.

Dessa maneira, algumas metrópoles foram se constituindo como nações comerciais e outras como potências industriais. O que foi possível devido tanto à transferência das riquezas antes pertencentes aos povos originários - sobretudo, com a extração e envio de minérios -, quanto à produção de meios de subsistência e de matérias-primas necessários ao desenvolvimento econômico e social dos países da Europa. Os quais, nessa dinâmica de criação e de apropriação da riqueza, se tornaram centrais para a irrupção do capitalismo como modo de produção predominante. Portanto, quando tratamos do movimento do capital - seja sob a forma mercantil, seja sob a forma produtiva -, falamos justamente da sua relação centro-periferia entre os países que se vincularam através da emergência do mercado mundial.

Nesse sentido, pensar essa relação entre países estruturalmente distintos - tanto em termos de desenvolvimento científico-tecnológico, quanto em sua capacidade de intervenção marítimo-militar - é pensar historicamente essa relação como um movimento de dominação e de exploração entre povos que se encontram em uma situação de distanciamento geográfico e

---

<sup>3</sup> De acordo com Eric Williams (2012), “os escravos negros eram ‘a força e a energia deste mundo ocidental’. A escravidão negra exigia o tráfico de escravos negros. Portanto, a preservação e o aperfeiçoamento do tráfico na África eram ‘uma questão de extrema importância para este reino e as fazendas pertencentes a ele’. E por isso ele se manteve, até 1783, como objeto central da política externa britânica” (p. 63). Circunstâncias históricas que fizeram com que o tráfico de africanos escravizados não fosse “apenas um meio atendendo a um fim”, e, sim, “um fim em si mesmo” também (p. 66). Fato que levou a Inglaterra, por exemplo, a vender escravos para as colônias que concorriam com as suas no mercado mundial.

de estranhamento sociocultural. Fato que se comprovou através do uso constante da violência de parte dos países centrais contra os povos pertencentes aos países periféricos. Haja vista os ataques incessantes às tradições, aos costumes e à religiosidade dos povos que foram sendo submetidos ao domínio ao poder do capital, para que se tenha uma ideia de como se deu a constituição dessas relações sociais nos mais diversos territórios coloniais.

Também é preciso destacar que no decurso dessa expansão colonial, as nações econômica e militarmente dominante vão inculcando os seus padrões ético-culturais como sendo superiores aos demais, na mesma medida em que vão se apropriando e reconfigurando os conhecimentos e as técnicas daqueles povos que se acham submetidos à lógica produtiva imposta pelo capital. Estabelece-se assim uma relação que não só é forçosamente desigual, como também, é aniquiladora de qualquer esperança romântica de manutenção de um modo de produção e de vida que se faz desnecessário à busca incessante e irrefreável pela obtenção de lucro. O que, em termos práticos, significa reconhecer a imponência do progresso desencadeado pela presença do capital no plano da produção da vida material. Progresso que é tanto criativo quanto, inevitavelmente, destrutivo naquilo que se propõe a fazer: isto é, assegurar a reprodução ampliada do capital.

Quando falamos do romantismo que se faz presente na manutenção de um modo de vida das gerações passadas, como se fosse uma espécie de legado idílico a ser exaltado, fazemos isso pensando justamente nas palavras assertivas de Frantz Fanon (2021), quando diz que a implantação do regime colonial “não ocasiona a morte da cultura autóctone” (p. 72), senão a sua permanência em estado agonizante<sup>4</sup>. Porque dessa maneira se cria a falsa sensação de respeito e de cultivo pelas tradições e pelos costumes dos povos ancestrais, quando, em verdade, não passa de uma manipulação ídeo-política para manter determinados povos presos ao passado, com as suas instituições e os seus organismos funcionando de modo caricato. Algo que corriqueiramente é visto como sinônimo de atraso.

Todavia, é sabido que toda superação traz consigo a permanência de certos elementos do estado superado. Situação que gera não só a impressão de que a história é cíclica, como também, a ideia de que o “atraso” experimentado pelos povos que foram subjugados é de fato resultante de sua incapacidade ou de sua inferioridade congênita. Assim,

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, afirma Fanon (2021): “A observação histórica ressalta que o fim desejado [pelo regime colonial] é mais a agonia constante do que o desaparecimento total da cultura preexistente. Essa cultura, outrora viva e aberta ao futuro, se fecha, paralisada pelo estatuto colonial, esmagada pela carga da opressão. Ao mesmo tempo presente e mumificada, ela depõe contra os seus membros. Na verdade, ela os define para sempre. A mumificação cultural acarreta uma mumificação do pensamento individual. A apatia tão universalmente notada nos povos coloniais é apenas a consequência lógica dessa operação. A acusação de inércia frequentemente dirigida ao ‘nativo’ é o cúmulo da desonestidade. Como se fosse possível para um homem evoluir senão no contexto de uma cultura que o reconhece e que ele decide assumir” (p. 72-73).



o subdesenvolvimento das sociedades de origem colonial passa a ser encarado como uma espécie de efeito natural de suas condições intrínsecas de existência e não como consequência do desenvolvimento extrínseco e superior dos países colonialistas. O que, em outras palavras, significa dizer que é através da compreensão da divisão internacional do trabalho que chegaremos ao entendimento da dependência das nações latino-americanas em face dos países de capitalismo hegemônico, como sendo algo que foi construído historicamente.

Realidade que fez das nações submetidas aos imperativos dos países de capitalismo hegemônico um espaço para a produção de bens úteis à reprodução ampliada do capital monopolista, bem como, uma esfera de geração de mais-valor a ser transferido para os países centrais. Com isso, a América Latina se converte em uma espécie de substrato da economia industrial que se encontra em franco desenvolvimento na Europa naquele momento. Dessa maneira, se estabelece uma reciprocidade em termos de condicionalidade, porque se de um lado a economia mundial determina o lugar que será ocupado pelos países subdesenvolvidos - (re)afirmando a sua dependência -, do outro, as estruturas das economias dependentes irão condicionar as possibilidades de crescimento industrial e de acumulação de capital nos países centrais. Razão pela qual, a função exercida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo passa a ser, em grande medida, a de fornecer alimentos e matérias-primas indispensáveis à extração do mais-valor relativo e à ampliação produtiva na Europa.

Situação histórica que faz com que ocorra um desenvolvimento díspar entre os países, os quais, ao interagirem através do mercado mundial, acabam realizando um intercâmbio desigual. Desta maneira, as diferenças estruturais em suas condições de produção geram não só a necessidade de que ocorra uma troca contínua de mercadorias, como também, criam as possibilidades para que se realize a transferência de valor entre distintos países. Fato que tem por base a maior produtividade alcançada pelos países centrais, que, por essa razão, logram obter um mais-valor extraordinário em face dos seus competidores<sup>5</sup>. Entretanto, devido à elevação da composição orgânica do capital, a taxa de lucro dessas indústrias tende incessantemente a cair. Daí a busca por políticas de compensação mediante a adoção de diversos procedimentos, dentre os quais, a troca de mercadorias com a América Latina se destaca como sendo um forte elemento de contratendência àquela queda.

Dessa forma, criam-se as condições para que as relações desiguais de poder político-militar e de capacidade industrial-produtiva se revelem essenciais para o estabelecimento e a

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, diria Marini (2011): “Dessa forma, essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário” (p. 139).

permanência de um intercâmbio desigual entre os países. Pois, assim, patenteiam-se relações que se expressarão através de transações em que as nações desfavorecidas se veem compelidas a ceder gratuitamente, para os países industrialmente desenvolvidos, parte do valor que haviam produzido. O que, por sua vez, concorre também para a reprodução da dependência e a manutenção do subdesenvolvimento dos países agrário-exportadores. Até porque, a incorporação desses últimos países na dinâmica do capitalismo mundial corrobora, sobremaneira, para a inserção dos países industrialmente desenvolvidos em sua fase imperialista.

Frente a isso, é importante destacar o quanto o entendimento da lei do valor é fundamental para se compreender todo esse processo que implica a entrada dos países de origem colonial na dinâmica de reprodução ampliada do capital a nível mundial. Pois, sem a operação desses mecanismos de transferência de valor, baseada na capacidade de produção alcançada pelo capital monopolista, não haveria uma reprodução contínua das relações de dependência entre nações distintas. Fato que pode, inclusive, ser verificado pela constante renovação de uma disparidade significativa na capacidade produtiva - como e enquanto desenvolvimento das forças produtivas - entre os países da Europa e da América Latina, por exemplo<sup>6</sup>.

Com isso, a maior parte do valor que era produzida aqui e que se apresentava como uma potencialidade para o desenvolvimento do capital interno acabava sendo escoada para fora, ao se realizar externamente como um impulsionador do processo de reprodução ampliada do capital pertencente aos países centrais. O que, em outras palavras, significa dizer o seguinte: o capitalismo dependente se fundamenta, inexoravelmente, na existência dessa transferência contínua de valor. Assim, cria-se uma situação na qual, tanto a burguesia industrial quanto a oligarquia agrária, buscam de alguma maneira remediar essa perda incessante de valor. Daí a emergência da superexploração da força de trabalho como um expediente de compensação para as classes dominantes internas.

Todavia, mesmo com o uso recorrente de mecanismo de compensação, a capacidade de desenvolvimento das forças produtivas internas se vê consideravelmente reduzida. Seja pela falta de recursos próprios para promover o desenvolvimento das forças produtivas, seja pela ausência de um consumo interno que incentive o aumento na produtividade do trabalho,

---

<sup>6</sup> Convém lembrar aqui, que o intercâmbio desigual entre países ocorre porque a fixação dos preços de mercado e a constituição dos preços de produção não precisam, necessariamente, coincidir na esfera de circulação a nível mundial. O que, em termos práticos, pode ser evidenciado na troca de mercadorias entre nações, cujo desenvolvimento das forças produtivas e a especialidade na produção sejam marcadamente desiguais. Assim, a transferência e/ou a apropriação de valor de um país pelo outro aconteceria na esfera de circulação, tendo por base, justamente, as diferenças que residem na esfera de produção de cada uma das nações.

o certo é que não há, de parte das classes dominantes, uma intenção real pela ruptura com a dependência da economia nacional em face do capital externo. Nesse sentido, a superexploração que resulta da transferência de valor através do intercâmbio desigual, acaba corroborando para a manutenção da dependência na medida em que a maioria dos produtos nacionais não encontra vazão no consumo do mercado interno. Dessa forma, a produção para a exportação segue sendo o caminho mais seguro para os capitalistas internos, tendo em vista não só o seu acomodamento à dinâmica imposta pelo capital internacional, como também, a sua debilidade e temor diante de um possível tensionamento das relações sociais predominantes. Isso porque, tal tensionamento, implicaria necessariamente numa reformulação das relações internas entre as classes sociais, assim como, na assunção de uma postura de ruptura com a corrente divisão internacional do trabalho.

No entanto, para que ocorresse essa reformulação das relações entre as classes sociais, seria necessário que houvesse uma revisão radical na conduta das burguesias e das oligarquias internas. Não só com relação à massa de trabalhadores superexplorados, como também, com relação ao arranjo existente entre os capitais internos e externos. O que, bem entendido, colocaria as classes dominantes do país em uma situação de subversão da ordem social, já que a estruturação do modo de produção capitalista no Brasil efetuou-se com base na prática da exploração extremada - tanto da força de trabalho escravizada quanto da assalariada - e da opressão redobrada - por ser exercida tanto endógena quanto exogenamente. Tanto que, no limiar do capitalismo dependente - com a transição do trabalho compulsório para o trabalho livre -, nenhum processo de inclusão econômica, política, social e cultural dos trabalhadores foi levado a cabo pelas classes dominantes.

O certo é que mediante a consolidação do capitalismo dependente, a superexploração da força de trabalho tornou-se a pedra de toque da política de compensação praticada pelas classes dominantes internas, já que a realização do sobretrabalho em território nacional ocorre, grosso modo, de forma dual. Pois, o processo de valorização do valor no capitalismo dependente, não só garante ao capital externo uma fatia importante do mais-valor arrancado sob a prática da superexploração - o qual é transferido na medida em que se realiza, principalmente, no âmbito do mercado internacional -, como também, submete o capital interno a perpetuação dessa prática como um meio de assegurar a sua sobrevivência em face da movimentação do capital monopolista a nível mundial.

Sendo assim, é na categoria histórica do valor que encontramos o fulcro do processo de constituição do capitalismo dependente no Brasil. Quando a força de trabalho negra e a força de trabalho feminina são requisitadas a desempenhar um papel importante na

reprodução dessa ordem social, a qual, tem na subsunção do trabalho ao capital o acréscimo da coação praticada pela presença de um enorme contingente de trabalhadores desocupados e/ou subocupados. Já que para o entendimento do sucesso da superexploração, torna-se necessário compreender de que modo a transição do trabalho escravo para o trabalho livre possibilitou a emergência desse exército industrial de reserva e a consecução de uma conduta aviltante das classes dominantes para com o proletariado em formação. Assim como, se faz necessário entender a importância que teve a colocação da mulher como sendo a responsável pela manutenção e pela reprodução da força de trabalho explorável. Isto é, de como a presença dela no exercício das atividades domésticas - como e enquanto trabalho não remunerado - é fundamental para assegurar o pagamento de um salário que não corresponda ao valor real da força de trabalho<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> De acordo com os dados apresentados pelo PNAD – 2013, em termo de rendimento médio mensal, o que se percebe é que a maior parte de população recebe pela venda da sua força de trabalho um pagamento que se encontra acima de  $\frac{1}{2}$  e abaixo de dois salários mínimos.

### **3. Sobre a importância do trabalho doméstico no capitalismo dependente**

No modo de produção capitalista a mercadoria apresenta uma dupla dimensão: ela é um valor de uso que carrega em si valor. Como fruto do trabalho humano, tanto em sua forma concreta quanto em sua forma abstrata, todo e qualquer produto que assume a forma mercadoria assim o faz para realizar-se através da troca. O que, por sua vez, possibilita a satisfação de uma necessidade qualquer - seja ela do estômago ou da imaginação - e o prosseguimento da acumulação do capital aplicado. Pois, como já foi apontado por Marx, a valorização do valor é a verdadeira finalidade de qualquer capital que se aventura no processo de produção. O que só é possível mediante a manutenção das relações sociais que se consolidaram com o assalariamento da força de trabalho. Esta, que é a única responsável pela formação do valor e do mais-valor. Portanto, se há uma mercadoria que é imprescindível para essa ordem social, que se encontra regida pela lógica do capital, é a mercadoria força de trabalho. Porque, sem ela, não haveria acumulação e, conseqüentemente, não teríamos a expansão do capital.

A força de trabalho se transformou em algo vendável na medida em que os seus proprietários se viram despojados dos meios de produção, isto é, das condições materiais necessárias à produção dos seus meios de subsistência. Assim, sem possuir os meios e os objetos de trabalho indispensáveis para efetivar a sua capacidade de produção, e estando submetido ao controle do mercado como mediador para a obtenção dos produtos necessários à manutenção e à reprodução da vida, as pessoas pertencentes a essa sociedade não viram outra saída senão vender a sua força de trabalho para os capitalistas. Tem-se então, a forma assalariada de exploração. Esta que ocorre sempre quando o proprietário privado dos meios de produção logra valorizar o seu capital por meio da produção de um mais-valor. Já o empregado só consegue se manter enquanto trabalhador assalariado se ao final de cada jornada ele tiver de alguma maneira contribuído para a reprodução ampliada do capital que o empregou. Assim, nessa relação entre capital e trabalho, o trabalhador se apresenta como uma peça fundamental nesse processo de produção, obtendo ao fim de cada mês o pagamento por sua “contribuição”.

Esse pagamento, que corresponde ao preço da força de trabalho, é o salário correspondente ao consumo da força de trabalho empregada na produção pelo capitalista que a comprou. Força de trabalho que precisa ser repostada diariamente, seja através do consumo dos produtos que se encontram disponíveis no mercado, seja por meio do repouso e de

atividades recreativas. O certo é que no capitalismo coube ao regime de assalariamento garantir a prossecução da manutenção e da reprodução do trabalhador enquanto tal. Ou seja, é através da existência do salário que as relações de exploração se perpetuam de forma velada, dando a impressão de que o pagamento feito ao trabalhador é de fato correspondente ao trabalho que foi realizado. Todavia, sabemos através da teoria marxiana que o pagamento feito ao trabalhador corresponde à venda da sua força de trabalho, esta que precisa ser reposta, diariamente, e reproduzida frequentemente, por meio de sua procriação. Daí a questão da reprodução social ser uma chave importante para o entendimento de como o capital conseguiu se consolidar como um processo contínuo de exploração, transformando o seu modo de produção em um sistema sociometabólico a nível mundial.

Lembrando que, para além dos trabalhadores produtivos de capital, existe uma gama extraordinária de trabalhadores improdutivos e de desempregados que juntos constituem o exército ativo e inativo de assalariados. Uma verdadeira força social alienada, que movimenta direta e indiretamente as dinâmicas acumulativas do capital. Ademais, quando falamos de força de trabalho vendável referimo-nos ao preço que é pago por ela no mercado, o que poderá ou não corresponder ao seu verdadeiro valor. Este que é estabelecido de acordo com o custo de vida do proletariado, de forma que, são os valores pertencentes aos produtos que compõem os meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução - sempre de acordo com as tradições e os costumes que perfazem a formação do proletariado em cada nação - que determinará o valor sobre o qual gravitará o preço a ser pago pela força de trabalho. Sem excluir, é claro, o papel determinante que as lutas de classes desempenham a cada momento na configuração dos salários. O certo é que, para Marx, a existência da mercadoria força de trabalho está intrinsecamente condicionada a sua capacidade de produzir um valor superior ao que ela própria possui.

É por essa razão que, ao se mencionar a existência do trabalho doméstico como uma esfera improdutiva de capital, nós não devemos esquecer que a sua existência como tal é de extrema importância para a manutenção e a reprodução dessa preciosa mercadoria: força de trabalho. Até porque, uma coisa é a obtenção dos meios de subsistência via mercado, outra é a sua realização e/ou consumação. Pois, uma coisa é conseguir adquirir com o seu salário os alimentos, a moradia, as vestimentas e os demais produtos que são necessários a sua sobrevivência e de sua família; outra é transformar esses alimentos em uma comida palatável, fazer da casa um lugar habitável, manter as roupas usáveis e converter os demais produtos em

algo desfrutável. Ou seja, para além dos valores das mercadorias que são computados na formação do valor da força de trabalho, há uma série de atividades que são tão imprescindíveis quanto invisíveis à reprodução da ordem social regida pela lógica do capital, que é o trabalho doméstico.

A realização das tarefas domésticas de forma não remunerada pelas mulheres se torna de extrema importância para a reprodução social, já que são elas que historicamente têm exercidos os papéis de cozinheira, faxineira, costureira, lavadeira, cuidadora, “psicóloga”, “educadora”, “enfermeira”, e tudo mais que for necessário para assegurar as mínimas condições de vida dentro de seus lares. O que faz com que as suas atividades se convertam em um mecanismo essencial para a reprodução diária da força de trabalho, dedicando-se aos seus familiares que precisam acessar aos meios de subsistência necessários à manutenção de suas vidas. Além, é claro, de ser a fonte originária dos futuros trabalhadores que nascerão e crescerão sob seus cuidados e medidas de socialização. Pois, como ressalta Silvia Federici (2021):

Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças - futura mão de obra - , ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalista espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (p. 28-29).

Um trabalho que é visto e tratado como uma demonstração de afeto, carinho e amor, mas que não passa de um conjunto de atividades que são relegadas às mulheres como se fosse tarefas inerentes a sua feminilidade. Condições de vida e de trabalho que foram criadas social e culturalmente ao longo de séculos e que agora, ao aparecer de forma sedimentada e naturalizada, tendem a ser reproduzidas nas relações interpessoais mesmo por aqueles que se colocam como críticos da ordem social regida pela lógica do capital.

Fato que se torna perceptível, seja pela ausência desse debate na maioria dos espaços acadêmicos e sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, seja pela existência de um posicionamento crítico débil nos espaços em que transitam os trabalhadores da categoria. O

que leva, em grande medida, ao fortalecimento da ideia de que a família deva ser a principal referência para as discussões, elaborações e implementações das políticas sociais, bem como, o locus primordial de intervenção dos serviços ligados à profissão.

O problema está na questão de que essas mulheres - filhas, mães, esposas, irmãs, tias e avós - foram convertidas em um elemento fundamental para a reprodução social, na medida em que sem o trabalho doméstico realizado por elas o acesso a determinados bens e serviços - valores de uso que são consumidos cotidianamente pela classe trabalhadora - ficariam inviabilizados numa economia de baixa remuneração salarial. Daí a importância da retórica de que as mulheres são as mais capacitadas para gerir as coisas do lar, o que inclui, obviamente, a administração dos gastos referentes aos meios de subsistência necessários para a manutenção da família. Até porque, o salário que é percebido por aqueles que se encontram empregados, sequer consegue cobrir o básico em termos de alimentação, de vestuário e de moradia. O que também faz com que muitas mulheres se vejam compelidas a trabalhar duas e, até mesmo, três jornadas diárias para contribuir com ou assegurar o sustento de sua família.

Realidade que está ligada tanto a concepção machista/patriarcal, porém, não menos hodierna, de que o espaço privado é o local por excelência de atuação da mulher, do tipo: “lá em casa é ela que manda”, como também se vincula a ideia de que ela é a principal responsável pela observação, constatação, coordenação e possíveis resoluções dos problemas de cunho familiar. O que reforça tanto o entendimento que se tem com relação a sua responsabilização, quanto à aplicação de políticas que enxergam nela o foco de sua atenção. Um exemplo disso é o problema da condicionalidade imposta à usuária que é assistida por algum programa social, do tipo Bolsa Família. Já que é na figura da mãe - na sua condição de ser a única responsável pela conduta escolar dos filhos -, que se respalda a continuidade ou não do benefício<sup>8</sup>. Ademais, essas concessões acabam reforçando a imagem do Estado como um benfeitor necessário, já que tais conquistas se afirmam – com o status de direito outorgado – e se efetivam – com políticas públicas e sociais – através de sua intervenção discricionária.

---

<sup>8</sup> Hoje existe o Auxílio Brasil, como um programa de “transferência de renda” criado para substituir o Bolsa Família que foi extinto pelo atual governo. Visando contemplar – não em sua totalidade – as famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza, tal programa apresenta uma limitação não só de alcance, como também, de viabilidade e de sustentação. Pois, o seu caráter eleitoreiro e pragmático fica evidente quando consideramos que o benefício só entrou em vigor no último ano do mandato presidencial, violando, inclusive, o chamado “teto de gastos” do governo federal.



É claro que na maioria dos casos as mulheres que acessam os serviços, demandando por assistência ou por políticas de proteção social já se encontram sozinhas na criação dos filhos ou no cuidado de seus familiares. No entanto, o problema está no fato de que geralmente elas não são vistas como trabalhadoras, mas, sim, tão somente como mães ou cuidadoras. Ou seja, como as donas do lar. Daí a importância de se reivindicar e de se reconhecer o trabalho doméstico como um conjunto de atividades essenciais que são realizadas por elas e que deveriam ser vistas e tratadas como trabalho. Essas mulheres não são apenas sujeitos pertencentes ao sexo feminino e, por causa disso, mães, cuidadoras ou “chefes de família”. Elas são mais do que isso! Elas são trabalhadoras, empregadas, desempregadas, formais, informais, assalariadas, autônomas e domésticas.

Reforçamos: sem as atividades que são realizadas por essas mulheres, o capitalismo, tal como o conhecemos hoje, não existiria. Como assinala Néstor Kohan (2008),

O salário representa o preço de mercado da força de trabalho. O valor da força de trabalho se calcula tal como o de todas as mercadorias: pelo tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-lo. Está determinado pela somatória de todos os valores de troca das mercadorias socialmente necessárias para que, no dia a dia, o trabalhador possa se levantar, voltar a trabalhar e se renovar como mercadoria vendável. No entanto, no capitalismo, o salário que pagam os empresários não inclui todo o trabalho necessário que se investe na vida cotidiana para a reprodução operária. O trabalho realizado em casa para que os trabalhadores possam comer, se vestir e voltar na manhã seguinte a ser explorado não é pago. Se denomina trabalho doméstico. Na sociedade capitalista - machista e patriarcal - geralmente ele é realizado pelas mulheres. O capitalista não paga, porém, se serve dele. Não só se apropria de forma ‘gratuita’, como nem sequer o reconhece como tal. Aparece envolto pela cultura e pelas tradições sob a aparência do ‘puro afeto’ (da mãe com os seus filhos, da esposa com o seu marido). Na família o afeto existe, entretanto, ele está justaposto com a reprodução capitalista. Se ao calcular o salário, esse trabalho ‘invisível’ fosse incluído, o lucro empresarial se reduziria e o salário aumentaria. A exploração das mulheres - duplamente submetidas: no mercado e na casa - constitui um dos instrumentos vitais para a reprodução do capital (p. 109).

É preciso que as mulheres sejam reconhecidas como força de trabalho vendável - sejam as que exercem distintas profissões, sejam as que se encontram inseridas em diversas categorias no ramo da produção e da prestação de serviços -, como também é necessário reconhecê-las como trabalhadoras não remuneradas em seu espaço doméstico. Porque só assim será possível imprimir uma orientação à conduta dos assistentes sociais no sentido de não reforçar a ideia de que essa trabalhadora, na sua condição de mulher, deverá ser vista e tratada tão somente como uma baluarte do tradicional arranjo familiar. Ademais, o seu

reconhecimento como trabalhadora, tornará possível identificar a capacidade que o capital tem de usurpar o nosso tempo de vida. Pois, na medida em que as mulheres se dedicam diariamente à reposição da força de trabalho gasta pelo companheiro e pelos filhos que se encontram empregados, elas não só demonstram o quanto o tempo que dedicamos ao capital é dilatado, como também, revelam a dimensão da opressão capitalista que fazem delas reféns do lar.

Nesse sentido, a conquista obtida pelo movimento feminista argentino pode representar um passo importante no entendimento do quanto o tempo despendido por elas na criação dos filhos precisa ser tratado como tempo de trabalho não remunerado. Pois, além do afeto, da atenção e de todo o amor que se faz presente na relação entre a mãe e filhas (os), há uma relação que extrapola essa dimensão afetiva e biológica, que, através da vigência do patriarcado, coloca a mulher como sendo a principal responsável pelos sacrifícios pessoais - em termos de estudo, profissão e individuação - a ser realizado durante a criação de sua prole. Portanto, reconhecer, ainda que limitada e parcialmente, esse tempo despendido - com a criação e com os cuidados - como tempo de trabalho para fins de aposentadoria é algo marcante na luta travada pelas mulheres em defesa dos seus direitos<sup>9</sup>. Uma conquista que também serviu não só para reconhecer que essas mulheres, em sua esmagadora maioria, são de fato pertencentes à classe trabalhadora, como também, serviu para evidenciar como a vigência do patriarcado pode se vincular aos interesses do capital, beneficiando-o em seu processo de superexploração<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Em julho de 2021, foi aprovada na Argentina uma lei que estabelece o reconhecimento legal da maternagem como trabalho, ao incluir em seu programa previdenciário as mulheres que se dedicaram aos cuidados de seus filhos. Fato extremamente importante, se considerarmos que: “Pelo menos 12,5 bilhões de horas são dedicadas, todos os dias, a esse trabalho de cuidado não remunerado pelo mundo. A Oxfam aponta que, se fossem pagas, a economia global receberia uma contribuição de, pelo menos, US\$ 10,8 bilhões por ano. Quase a metade dessa população, 42%, não consegue emprego porque ocupa todo seu tempo com trabalho de cuidado e do lar. Uma realidade para apenas 6% dos homens”. Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/07/cuidado-materno-e-reconhecido-como-trabalho-e-contara-tempo-para-aposentadoria-na-argentina/> Acessado em 15/07/2022.

<sup>10</sup> Também cabe ressaltar a importância que tem a luta das mulheres pelo controle pleno de seus corpos, mediante o reconhecimento do Estado do direito ao aborto, por exemplo. Pois, como salienta Silvia Federici (2021): “A disponibilidade de mão de obra bem disciplinada é condição essencial para a produção em todos os estágios do desenvolvimento capitalista. É por isso que, até hoje, tanto nos países ‘desenvolvidos’ como nos ‘subdesenvolvidos’, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. As condições do nosso trabalho variam de país para país. Em alguns, somos forçadas a intensificar a produção de crianças; em outros, nos dizem para não nos reproduzirmos, sobretudo se formos negras ou recebermos auxílio social do Estado, caso contrário, corremos o risco de reproduzir ‘desajustados’. Em alguns países, produzimos força de trabalho não especializada para os campos; em outros, a demanda é especializada e técnica. Em todos os países, contudo, a função que exercemos para o capital é a mesma. Conseguir um emprego assalariado nunca nos libertou do trabalho doméstico. Ter dois empregos só significou contar com menos tempo e energia para a luta” (p. 29-30).

Partindo dos pressupostos estabelecidos pela Teoria Marxista da Dependência de que vivemos numa sociedade de capitalismo dependente, cuja extração do mais-valor se baseia na superexploração da força de trabalho visando compensar as perdas oriundas do intercâmbio desigual no mercado mundial, compreendemos que tanto a participação da classe trabalhadora no âmbito da circulação, quanto à constituição da tradicional família nuclear burguesa não pode ser vista, historicamente, e tampouco tratada, sociologicamente, da mesma forma como são vistas e tratadas as famílias nos países capitalistas centrais. Afinal, se lá o capitalismo possibilitou ao proletariado uma maior participação na esfera de consumo, com a instituição do salário família e o estabelecimento de políticas de bem-estar social. Aqui, na periferia do capitalismo mundial, o que prevaleceu foi a superexploração, com o aviltamento das condições de vida e o estabelecimento de uma política sistemática de coerção.

Portanto, se nos países da Europa ou nos EUA era possível presenciar durante décadas a formação de uma família economicamente estável, tendo na figura do pai provedor e da mãe dona de casa um ideal praticável; aqui, no continente sul-americano, as famílias eram formadas dentro de uma outra perspectiva, na qual o assalariamento e a duplicação da jornada de trabalho das mulheres se apresentava como uma necessidade inapelável.

Outro ponto a se destacar é o de que no capitalismo dependente, o Estado tende a operar no sentido de privilegiar os setores economicamente dominantes, colocando os interesses das oligarquias e das burguesias à frente de toda e qualquer reivindicação de cunho popular. O que de certa forma, explica, por exemplo, a ausência de investimento público na construção de espaços de uso coletivo e de socialização das tarefas que são comumente realizadas por mulheres, como são os casos relacionados à criação das crianças e ao cuidado dos idosos.

Como no Brasil a força de trabalho é frequentemente paga abaixo do seu valor, pensando em termos de valores que correspondam aos meios de subsistência necessários à manutenção e à reprodução das famílias, fica evidente que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres é de vital importância para que a reprodução social ocorra dentro de determinados padrões, normalizando assim a degradação imposta à vida dos trabalhadores superexplorados. O que, obviamente, não significa dizer que são as mulheres as responsáveis por essa situação, e sim, de como elas estão submetidas a uma opressão específica que no capitalismo dependente se torna ainda mais atroz. Razão pela qual não se pode analisar a realidade das mulheres no Brasil utilizando-se como parâmetro o modelo da família nuclear

européia e/ou estadunidense, assim como, não é possível reproduzir na periferia da economia mundial as políticas sociais que foram implementadas durante um determinado período histórico nos países centrais do Ocidente.

Então, para além dos debates acerca da multiplicidade de configurações e de vínculos que as famílias possam ter e que precisa ser reconhecida, a questão que se coloca aqui diz respeito à necessidade de se pensar concretamente o contexto em que essas famílias estão inseridas e de como as políticas de proteção social voltadas para elas podem ser representativas de um avanço na luta contra a exploração e a opressão capitalista, ou, simplesmente, ser mais um mecanismo de contenção e de manutenção da ordem social. Afinal, os programas, projetos, serviços, benefícios e ações que têm na integralidade da família o seu foco principal, nada mais são do que recursos para assegurar a permanência desse modelo de família que põe a mulher como a baluarte da reprodução social sob a vigência do capitalismo dependente.

Os condicionantes, a responsabilização e a culpabilização da usuária que recebe um benefício do Estado demonstra, ainda que ostentando uma face humanitária por ser a efetivação de um direito, o quanto a mulher segue submetida a uma concepção de família, que através de um conjunto de normativas, acaba reforçando a imagem de que ela é a figura central na criação dos filhos, no cuidado dos idosos, no acompanhamento dos dependentes, entre outras atividades ligadas à reprodução social. Um quadro que tende sempre a piorar nos momentos de crise do capitalismo, quando as políticas de austeridade, o retrocesso em termos de direitos, a precarização dos serviços públicos e o desmonte das políticas de proteção social, fazem com que as mulheres se tornem as principais vítimas desse processo de retração do Estado diante das inúmeras demandas sociais. Pois, basta pensar na ausência de creches, de APAEs, de ILPIs ou de escolas públicas em tempo integral para que se tenha uma ideia de como o cotidiano delas é sobrecarregado e penalizante.

Sendo que, quando se fala de família a primeira imagem que se tem é aquela que se encaixa dentro de uma concepção tão ordeira quanto tradicional, ou seja, aquela que está de acordo com o padrão monogâmico/heteronormativo de relações afetivas/amorosas. Já que é esse tipo de relacionamento conjugal que se constitui, precisamente, como um dos pilares de sustentação da sociedade burguesa. Afinal, foi através da vinculação da mulher ao homem, por meio da relação monogâmica, que se conseguiu estabelecer um padrão reprodutivo da força de trabalho, bem como, se logrou assegurar a criação de mecanismos de controle sobre

as movimentações que eram realizadas por elas - como e enquanto pessoas potencialmente livres. Pois, basta pensar aqui no quão tardio foi a obtenção do direito ao divórcio para as mulheres no Brasil<sup>11</sup>, para que se tenha uma ideia do quanto era difícil para elas escaparem do controle matrimonial exercido pelos homens. Ademais, sabe-se que é por meio da existência de relações monogâmicas e heteronormativas, como uma relação “normal” entre pessoas, que muitos valores morais e normas de conduta são validados, renovados e exaltados pela civilização cristã ocidental. O que, por sua vez, gera toda a dificuldade em se debater e, principalmente, em se propor romper com essas amarras relacionais de cunho ético e legal.

Ainda sobre as formas de relacionamento monogâmico e heteronormativo, cabe apontar para o fato de que no capitalismo muitos casais e arranjos familiares são formados tendo como uma de suas premissas: reduzir os custos de reprodução de suas vidas. O que inclui, fundamentalmente, os gastos com moradia, alimentação, locomoção, etc. Porém, tal mecanismo de sobrevivência, também pode implicar na construção de uma relação hierárquica de dominação/sujeição. É quando o homem tende a reproduzir no ambiente do lar as práticas de coerção, de controle, de violência, de dependência, etc, causando uma espécie de compensação - em detrimento da saúde física e psíquica de sua companheira - de toda a opressão sofrida por ele em seu ambiente de trabalho. O que faz, por sua vez, com que ele consiga gozar na vida privada das prerrogativas masculinas que predominam na sociedade. Pois, como diria Silvia Federici (2019):

Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida [...]. Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora” [...]. Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino [...]. Não é por acaso que a maioria dos homens começa a pensar em se casar tão logo encontra o primeiro emprego (p. 44-45).

---

<sup>11</sup> Até a lei do divórcio, aprovada em 1977, quem casava permanecia com o vínculo jurídico por toda a vida. Portanto, foi a partir dessa data que a separação (desquite) pôde se transformar em divórcio, concedendo à mulher o direito de se casar novamente por mais uma vez. Afinal, será somente com a Constituição de 1988 que a mulher obterá o direito para se casar e de se separar quantas vezes ela quiser, pois, até então, isso lhe era vedada legalmente.

De qualquer maneira, o que se está querendo discutir aqui é a forma como a manutenção dessa concepção de família tradicional como a mulher sendo uma espécie de apêndice do capital, no exercício de suas funções matrimoniais, conjugais e maternais é de extrema importância para a manutenção da superexploração da força de trabalho, já que ela assume a responsabilidade para si de ter que se desdobrar nos cuidados, na alimentação e na socialização da força de trabalho familiar. Embora a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor real não seja uma decorrência da existência do trabalho doméstico, isso é certo, é evidente de que a persistência das atividades realizadas pelas mulheres no âmbito do lar possibilita a permanência da superexploração como uma prática perene no capitalismo dependente. Uma vez que, é pela maior exploração da força física e psíquica do trabalhador - como um de seus aspectos -, que o capital obtém a sua compensação - relativa a perda de valor consumada no intercâmbio desigual -, fica visível o quanto a realização das tarefas domésticas como um trabalho não remunerado auxilia na consecução da superexploração.

Em sua obra *O Capital*, Marx demonstrou como a jornada de trabalho se divide entre trabalho necessário (pago) e trabalho excedente ou sobretrabalho (não pago), o que, em termos práticos, se revelou numa divisão entre o tempo em que o operário trabalha para repor os valores concernentes ao pagamento pela sua força de trabalho (salário) e o tempo em que ele trabalha gratuitamente na valorização do capital que o emprega. Dessa forma, no capitalismo, a existência da forma salário consegue velar essa relação de exploração que se dá, justamente, pela execução do trabalho não pago. Daí a importante distinção que Marx faz entre trabalho e força de trabalho, sendo essa última a que o capitalista compra do trabalhador. Todavia, o tempo que é gasto na atividade laboral é uma coisa e o tempo que é necessário para recuperar o desgaste dos músculos, cérebro, nervos, etc é outra coisa. Tanto é, que para que este último ocorra a contento torna-se indispensável à presença de determinadas condições materiais e sociais. Desse modo, se a jornada de trabalho se faz de forma intensa e/ou prolongada, tanto maior será a demanda para que se dê a recuperação dessa força de trabalho gasta. Lembrando que, nesse quesito, o preço que é pago - sob a forma de salário - ao trabalhador também joga um papel primordial no restabelecimento das energias físicas e psíquicas do mesmo.

Não obstante, essa realidade ser comum a todo trabalhador assalariado, é certo que pouco ou quase nada se olha com relação ao papel que o trabalho doméstico tem nessa reposição da força de trabalho para a superexploração do capital. Por isso, insistimos, atentar

para o modo como as mulheres são submetidas a labuta diária no âmbito do lar é de fundamental importância para avançarmos nos estudos referentes ao impacto ocasionado pela existência da superexploração da força de trabalho sob o capitalismo dependente. Ainda mais, se considerarmos que nem todas as conquistas e os progressos alcançados pelas mulheres nos países de capitalismo desenvolvido - sobretudo, os imperialistas - serão reproduzidas aqui: no submundo da exploração e da opressão do capitalismo mundial.

#### 4. A discriminação étnico-racial sob a ótica da superexploração

A partir de 1850, quando a Lei de Terras pôs fim à possibilidade de uma abolição radical da escravatura - mediante a entrega de terras junto a liberação do negro -, o destino do povo preto e mestiço estava de certa forma selado. Pois, num momento em que se apontava para o término da escravidão - com o interdito do tráfico negreiro ocorrido no mesmo ano -, a perspectiva de inclusão ao sistema produtivo de maneira autônoma passava, necessariamente, pelo reconhecimento do direito à propriedade da terra como uma forma de indenização ao ex-escravo. Além disso, a chance do negro ser aceito como um sujeito partícipe da dinâmica econômica, sob a forma de trabalhador assalariado, era reduzida cada vez mais com a crescente presença do imigrante branco e europeu em território nacional.

Assim, com o fim da escravidão se deu também a interrupção de uma participação ativa do negro na economia brasileira. Sendo preterido como uma força de trabalho qualificada e capacitada ao exercício de atividades remuneradas, o negro sofrerá na transição do trabalho cativo ao assalariado mais uma punição pela sua cor e sua condição étnico-racial. Fato que o levará a compor de forma massiva o exército industrial de reserva, ou, como diria um importante estudioso da escravidão: a reserva da reserva<sup>12</sup>. Lembrando que no capitalismo dependente, o sucesso no rebaixamento do salário - com o pagamento de um preço que esteja aquém do valor real da força de trabalho - passa, inevitavelmente, pela constituição de um portentoso exército industrial de reserva.

Situação que colocava o negro não só à margem do sistema produtivo, como também, fazia dele um subcidadão da República que se encontrava em processo de formação. Pois, ao não ser inserido de imediato no mercado da força de trabalho, o negro se viu excluído do processo de formalização de sua cidadania, o qual deveria passar pelo seu reconhecimento como um sujeito passível de participar ativamente da economia capitalista em ascensão - ou seja, do processo de valorização do capital. Ainda que, como é sabido, a sua força de trabalho tenha sido a principal mola propulsora da economia nacional até então, após a abolição, a sua figura como agente dinamizador será revogada. Ou melhor, será transferida da esfera de produção para a esfera da criminalização.

---

<sup>12</sup> Sobre isso, diria Jacob Gorender (2016): “A relação intrínseca entre o racismo atual e o capitalismo é uma tese que traz importantes esclarecimentos. Os capitalistas agrários e industriais, em nosso país, criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que, a meu ver, constitui uma *reserva da reserva*. Classificar as pessoas segundo a cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados” (p. 223).



Isso porque, ao não ser incorporado às dinâmicas formais de socialização dos indivíduos, como são, por exemplo, os espaços de educação e de formação profissional, o negro será condenado em sua maioria a exercer atividades de baixa remuneração, quando não, de caráter aviltante. Ademais, a sua colocação em termos de estrato social será a de um sujeito mais propenso a participar das chamadas “classes perigosas”, na visão de grande parte da sociedade. Não por acaso, uma fração considerável dos negros brasileiros irá compor o denominado lumpemproletariado. Aqueles, que na estratificação social formulada por Darcy Ribeiro (2015), aparecerão como sendo os excluídos da vida social.

Formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os boias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que, sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la (p. 157-158).

Dessa forma, a força de trabalho do negro deixou de ser a principal fonte de criação do valor - durante o período escravocrata - para se tornar numa espécie de elemento supérfluo no processo de valorização do capital - com a consolidação do capitalismo dependente. Assim, o negro que tinha sido empregado nas fazendas e nas fábricas sob o regime de escravidão, se viu, após a abolição, repellido da esfera de produção. Uma força de trabalho experiente, ambientada e massiva, que, através da implementação de uma prática discriminatória deixou de ser o principal componente do processo de trabalho comandado pelo capital. Isso porque, o racismo praticado nesse período visava, antes de tudo, apresentar o negro como um sujeito imoral, indolente e perigoso, ou seja, como um elemento a ser malquisto pela sociedade. De modo que, a ideologia dominante logrou pintá-lo como uma pessoa “ociosa” e, como tal, passível de ser constantemente reprimida pelas forças da ordem.

Com isso, o trabalho que era realizado pelo negro e que adentrava diretamente no movimento de acumulação de capital, agora, sob a égide do racismo de feição capitalista, o seu trabalho já não participa tão decisivamente do processo de valorização do valor. Até porque, se o trabalho cativo estava diretamente imbricado com a criação de valor - daí o racismo como uma visão e prática legitimadora da submissão do trabalhador escravizado em razão de sua cor -, depois de 1888, o que se vê é praticamente o inverso. Tanto é que a força de trabalho negra passará a ser preterida dos locais primordiais de valorização, tendo na

transformação do racismo um argumento favorável ao seu escamoteamento no processo de produção.

Entretanto, se é certo que o dispêndio da força de trabalho negra, em sua maioria, é convertido em trabalho improdutivo. Também é certo que a sua presença como trabalhador desempregado ou na execução de atividades diversas pode ser vista como um contributo para a rentabilidade do capitalista, na medida em que a sua movimentação por dentro do exército industrial de reserva e na esfera de circulação, possibilita tanto o achatamento dos salários quanto a contenção dos gastos improdutivos mediante o exercício de suas funções sob baixa remuneração. Assim, a população negra passa a desempenhar um papel secundário, porém, não menos importante para o processo de acumulação em um país que almeja o seu embranquecimento como projeto étnico de nação.

O problema é que ao se restringir o acesso do negro ao mercado da força de trabalho, entendendo-o como o espaço de trabalho regular e formal, ficam restringidas também as possibilidades de socialização e de experimentação que as cidades tendem a oferecer aos seus habitantes. Pois, ao ser deslocado dos ambientes de trabalho e de convívio pertencentes aos centros urbanos, esse contingente populacional se vê reduzido às condições precárias de vida, com a ausência de espaços apropriados para o necessário acesso à educação, saúde, lazer, cultura, esporte, saneamento, etc. Vivendo em meio a miséria e a violência, num ambiente de sociabilidade restrita e com seríssimas dificuldades de locomoção, a população negra dos cortiços e das favelas não encontrará outro caminho a não ser o de resistir de todas as formas possíveis e viáveis a essa marginalização que lhe é imposta<sup>13</sup>.

Portanto, quando falamos da existência do lumpemproletariado no Brasil, tratamos forçosamente da presença de negros como sendo as principais vítimas do processo de formação social do capitalismo dependente no país. A bem da verdade, podemos chamá-los de sobreviventes. Lembrando que, de acordo com a tradição marxista, esse segmento social é visto como um problema sociopolítico, inclusive, para o movimento de esquerda. Isso devido ao fato de que a sua composição com sujeitos economicamente instáveis os levaria a adotar atitudes de intransigência à ordem que são, de certa maneira, mal vistos pelo conjunto da sociedade. Além, é claro, da caracterização que os coloca como desclassificados, salafriários e bandidos, ou seja, a escória da sociedade.

---

<sup>13</sup> Exemplos disso são: os mutirões para a construção de moradias, visando fugir do aluguel; a realização de atividades aleatórias e esporádicas em troca de dinheiro, o chamado “bico”; a prática da prostituição, sobretudo, das mulheres; a prestação de serviços no âmbito doméstico, porém, efetivado para terceiros, como o de costura, de lavanderia e o de preparo de diversos tipos de alimentos; a atividade de preparo e de comercialização de entorpecentes ilegais, o famoso tráfico de drogas; entre outros desempenhos e funções.

Todavia, se olharmos atentamente para a sua formação como e enquanto camada social, veremos que a sua presença como parte da superpopulação relativa e, portanto, como produto inevitável do modo de produção capitalista, não pode nos autorizar a adotar uma espécie de fatalismo condenatório e, tampouco, a realizar um julgamento apriorístico de sua existência. Até porque, no âmbito da atuação profissional dos assistentes sociais, estes são uns dos principais demandantes e usuários das políticas e dos serviços vinculados à assistência social. Sem mencionar, é claro, a sua presença como o público alvo da abordagem social.

O certo é, que, diante de um quadro marcado pela alta rotatividade e pela profunda precariedade no emprego da força de trabalho, as linhas que separam o sujeito da condição de trabalhador ocupado, subocupado e desocupado é muito tênue. O que, em termos práticos, pode sinalizar o quanto é fácil a descida do indivíduo ao que podemos denominar de abismo social. O que, por sua vez, pode levá-lo a ser analisado e julgado pela sociedade - considerando os padrões morais tidos como tradicionais - como uma pessoa indolente e descompromissada. Daí que a sua saída do abismo vai se tornando cada vez mais difícil à medida que o tempo vai passando. Até porque, numa ordem social baseada na superexploração da força de trabalho, o envilecimento da condição humana do trabalhador é a regra, e nunca a exceção.

Razão pela qual, ao falar sobre os desenraizados no Brasil, Florestan Fernandes (1986) chama a atenção para o fato de que essa gente, que se encontra rebaixada a uma condição profundamente alienante e desumana, precisa ser organizada pelas organizações políticas que se articulam na luta contra a ordem social. Pois, do contrário, essa massa errante de lumpemproletários tenderá a canalizar a sua frustração e o seu ódio para dentro de suas próprias hostes, rompendo, assim, com qualquer possibilidade de solidariedade e de união na luta contra a opressão e a superexploração exercidas pelas classes dominantes<sup>14</sup>. Ademais, se é necessário a todo assalariado conscientizar-se de suas condições de trabalho e de vida para que ocorra a sua vinculação à luta contra as classes dominantes, também o é para que o ocorra

---

<sup>14</sup> Nesse sentido, ao tratar da importância de se organizar a contraviolência dos *de baixo*, Florestan Fernandes (1986) alerta: “As duas pontas estão aí: trabalho barato combinado à alienação política. Postas fora da sociedade civil, as populações errantes convertem-se em uma mina de ouro para o sistema de poder. De um lado, delimitam a extensão do perigo representado por uma massa enorme de ‘inimigos públicos da ordem’. Esta só pode conjurar o perigo mantendo e reforçando a exclusão, isto é, impedindo ou limitando a sua inclusão no mercado, no regime de classes e nos grupos institucionalizados dos trabalhadores assalariados. De outro, deixando-as entregues à própria impotência e desorganização e, concomitantemente, açulando-as ou acorrentando-as às ilusões de um falso paternalismo e clientelismo político. Isto significa associar promessa e demagogia populista, dentro de um espaço real dominado pela opressão política e pela repressão armada”. FERNANDES, F. **A força do argumento**. São Paulo: Editora da UFSCar, 1986.

a participação do lumpemproletariado na luta organizada pelas forças político-sociais pertencentes à classe trabalhadora.

Por isso, reforçamos que no capitalismo dependente a presença e a manipulação dessa massa excedentária de força de trabalho, tanto de lumpens quanto de proletários, é de fundamental importância para a continuidade da superexploração praticada pelas classes dominantes. Além, é claro, de colocá-las umas contra as outras no que diz respeito ao temor que se deve ter em sociedade. Ressaltando que o medo que é incutido na população, tanto se refere aos que são tidos como marginais, quanto ao povo negro em determinadas situações. Fato que nos leva, novamente, a entrelaçar a constituição do lumpemproletariado à exclusão racista sofrida pelo negro na formação social do capitalismo dependente. Algo que se revela, também, por meio da perseguição às tradições, aos costumes e à religiosidade de natureza afro-brasileira e de expressão periférica - como oriundo das favelas.

Também cabe destacar que o racismo no Brasil, pós-abolição, se reconfigura como um importante instrumento das classes dominantes para a manutenção da superexploração e para a coação dos estratos mais baixos da sociedade. Tanto é, que nos setores da economia em que a precarização e a informalidade do trabalho predominam, é o povo negro que se notabiliza como sendo o principal fornecedor da força de trabalho alocada. O que pode ser pior ainda em se tratando das mulheres negras que, frequentemente, são submetidas a extensas ou múltiplas jornadas de trabalho - como é o caso das empregadas domésticas, das trabalhadoras da limpeza ou das que são responsáveis pela cozinha, por exemplo. Pessoas que acabam se tornando invisíveis em sua labuta cotidiana e que, geralmente, se encontram desamparadas pelos aparelhos que representam ou deveriam representar os interesses da classe trabalhadora, como os sindicatos.

Assim, o racismo se apresenta como um elemento de peso na reprodução do capitalismo dependente, já que as práticas discriminatórias que ele enseja tornam viável a concreção da superexploração da força de trabalho, e mesmo quando o negro não esteja implicado diretamente na produção de mais-valor, só a sua presença como o componente mais barato do exército industrial de reserva já cumpre a função de pressionar os salários para baixo. Particularidade de caráter étnico-racial que, ao ser manipulado ideológica e politicamente pelas classes dominantes, possibilita não só um ganho a mais em termos de extração do mais-valor, como também, auxilia na divisão interna da classe trabalhadora - devido a fomentação de determinadas ideias e práticas preconceituosas.

Embora o negro não seja o único a compor o enorme contingente de trabalhadores desocupados e, tampouco, seja o único a estar submetido à superexploração praticada pelos

capitalistas, é certo que a sua presença massiva e as especificidades que o marcam no conjunto das relações sociais, exercem um papel fundamental no que diz respeito as formas de sociabilidade que foram sendo construídas e impostas sob a dinâmica do capitalismo dependente. O que resulta, por exemplo, nos altos índices de analfabetismo, de desemprego, de encarceramento e de mortalidade da população preta e parda. Desigualdades que se expressam, também, nas dificuldades de acesso às políticas e aos serviços de saúde, de educação, de segurança, de moradia, de saneamento básico, de seguridade etc, vivenciadas pelos negros.

Isso porque, a forma estatal que se erigiu no processo de independência e, posteriormente, na transição para o regime republicano, não enxergava na figura do negro uma pessoa - no primeiro caso - e um cidadão - no segundo. Tanto que, a escravidão persistiu até o fim do período imperial e o reconhecimento do negro como cidadão só foi possível depois de muita luta. Desse modo, o Estado-nação que se buscou criar no início do século XX, era a imagem e semelhança das classes dominantes, naquilo que havia de mais antidemocrático, pseudo-liberal e coronelista-patrimonialista. O que, por outro lado, resultava na reprodução das disparidades econômico-sociais e político-culturais, bem como, na perpetuação da miséria para uma parcela significativa da população brasileira<sup>15</sup>. Ademais, no que se refere à prática da repressão policial-militar, fica evidente que os negros foram convertidos no alvo preferencial na atuação das instituições legais, tanto em termos de descaso quanto de coerção. Pois, como diria Lilia Schwarcz (2019):

Nossos indicadores sociais continuam alarmantes. A despeito de o Brasil ser o nono *PIB* mundial, 40% da sua população, até catorze anos de idade e nomeadamente negra, ainda se encontra em situação de pobreza. Admite-se a existência, aqui, da polícia mais violenta do mundo - aquela que mais mata, morre e prende -, contando com a terceira maior população carcerária do planeta. Os registros de morte guardam uma certa cor definida, sendo que 70% dos casos envolvem populações jovens e negras (p. 230).

Com isso, percebe-se o quanto é importante para a população negra a emergência de um movimento que coloque na ordem do dia a luta por melhorias em suas condições de vida e de trabalho, apontando para uma necessária reformulação dos direitos e das políticas sociais.

---

<sup>15</sup> Ao falar das desigualdades existentes no Brasil, José Murilo de Carvalho (2017) menciona as que também se mantêm em função da cor, ao relatar: “O analfabetismo dos brancos é de 9%, dos negros, 22%, dos pardos, também 22%. Tomando-se a renda como indicador de desigualdade, nota-se que 33% dos brancos recebem até um salário mínimo. Entre os negros, o número sobe para 58%, entre os pardos, para 61%. A pirâmide inverte-se quando se toma a população que recebe acima de cinco salários mínimos: brancos, 15%; pretos, 3%; pardos, 4%. Em termos de renda média, os brancos recebem 4.9 salários mínimos, os pretos 2,4 e os pardos, 2,2” (p. 37). Dados que foram levantados pelo autor no momento da escrita de sua obra.

O que implica, também, no reconhecimento das lutas de classes como o verdadeiro motor da história contemporânea. Já que a conduta dos capitalistas e dos latifundiários, em detrimento dos trabalhadores, nada mais é do que uma ação orientada a um fim, qual seja: o enriquecimento privado de cada um deles. O que, para tanto, se torna imprescindível a elevação de seu prestígio social, bem como, de seu poder político - naquilo que pode ser traduzido como uma capacidade de coesão, de convencimento e de orientação da população para a efetivação de um projeto particular de classe. Afinal, quanto mais hegemonicamente forte se tornam as classes dominantes, maior será o seu poder de coerção e de repressão sobre uma camada particular da sociedade. Daí a importância - para aqueles que detêm o poder econômico - do racismo, da misoginia/machismo e do ódio ao pobre/lumpen.

Por fim, cabe reproduzir aqui as palavras proferidas pelo professor Florestan Fernandes (2017), quando diz que:

é imperativo que a classe defina a sua órbita, tendo em vista a composição multirracial das populações em que são recrutados os trabalhadores. Todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital. Todavia, há um acréscimo: existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes. Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos - a classe e a raça (p. 84-85).

Ainda, seguindo a linha de raciocínio exposta pelo autor supracitado, podemos afirmar que no desenvolvimento das lutas de classes os trabalhadores precisam estar atento para o fato de que, embora a força de trabalho seja uma mercadoria, nem sempre as forças de trabalho iguais são concebidas e tratadas como mercadorias iguais. Pois, o racismo que se estrutura sob o capitalismo dependente é, fundamentalmente, uma prática discriminatória que contribui para a reprodução social de uma massa de trabalhadores subjugada, coagida e superexplorada. Prática que só poderá ser suprimida se o substrato material e cultural que lhe dá sustentação for superado substancialmente. O que implica, obviamente, na subversão da ordem social a partir de baixo.

## 5. Considerações finais

É comum no debate do capitalismo dependente a apresentação de um rol de denúncias referentes às práticas opressivas e exploratórias que são realizadas cotidianamente pelas classes dominantes. Donde, pode-se constatar, através de uma gama de relatos e de estudos, uma série de descrições acerca do processo de trabalho e dos seus respectivos reflexos na saúde física e mental do trabalhador. O que, bem entendido, se refere diretamente à concretização das relações sociais nas esferas de produção e de circulação, sendo esse trabalho produtivo ou não. Assim, por meio de tais elaborações teóricas, nos deparamos com uma espécie de diagnóstico do sofrimento epidérmico causado ao conjunto dos trabalhadores. O que é, sem dúvida nenhuma, importante de se detectar.

Todavia, quando se fala de relações sociais de produção, é preciso se atentar tanto para o processo de sucção do trabalho vivo - necessário à reprodução ampliada do capital -, quanto às formas de reprodução social posta em movimento pela dinâmica do capitalista dependente. Principalmente, no que implica à manutenção e à reposição da força de trabalho a ser manipulada e explorada por dentro da ordem social. Portanto, acreditamos que toda discussão concernente à classe, gênero e raça - sob a lógica do capital -, precisa, necessariamente, se vincular à dinâmica de valorização do valor em suas formas concretas de manifestação. Pois, só assim, será possível avançar no aprofundamento das pesquisas, das reflexões e dos estudos para a compreensão das causalidades e das potenciais respostas que poderão ser dadas com relação aos dramas vivenciados pela classe trabalhadora.

Razão pela qual, no empreendimento desse Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se apresentar algumas contribuições para se pensar de que forma a dominação, a opressão e a superexploração ganham dimensões concretas na particularidade do capitalismo dependente, seja no que se refere à presença do capital - como e enquanto uma “relação social entre capitalista e trabalhador no que diz respeito à obtenção de mais-valor” (MARX, 2014, p. 33), seja no que concerne às especificidades que conformam uma sociedade de origem colonial e escravocrata.

Sociedade que se encontra alicerçada sobre as práticas seculares do patriarcalismo e do racismo - ressignificando-os naquilo que for preciso para adaptá-los à sua lógica de exploração e opressão de classes. Lógica que é determinada, em última instância, pela necessidade incessante e irrefreável de acumulação do capital. Sendo que essa acumulação só pode ocorrer mediante a produção e/ou apropriação de mais-valor, tanto mais elevada ela será quanto menor for o fundo de consumo e fundo de vida do trabalhador. Assim, evidencia-se a

importância que o trabalho doméstico não remunerado tem para a reprodução da força de trabalho, já que o salário obtido pelo trabalhador está aquém do valor real de sua mercadoria. Já o racismo, como um conjunto de práticas discriminatórias, se apresenta não só como um mecanismo de desqualificação da pessoa negra, como também, de redução do preço a ser pago na compra da sua força de trabalho.

Além disso, diante das desigualdades que se consubstanciam em nossa sociedade, é forçoso para aqueles que pensam a classe trabalhadora, tentar superar as formulações abstratas no sentido de compreendê-las em sua concreticidade mediata e imediata. O que, em outras palavras, significa encará-la como uma unidade no diverso - isto é: como uma composição heterogênea de indivíduos que tendem a compartilhar das mesmas condições de vida e das mesmas experiências enquanto trabalhadores assalariados, condicionando-os, assim, a se colocarem em luta pela conquista de suas reivindicações e/ou pela realização de seus interesses. Donde a consciência de classe tem um peso fundamental, já que os trabalhadores precisam conceber de forma crítica a sua realidade para que queiram de fato alterá-la. Pois, a classe trabalhadora só existe efetivamente enquanto tal na medida em que se coloca na luta contra as intenções do capital. Por isso, acredito que o debate sobre o trabalho - “invisível” e não remunerado - que é realizado pelas mulheres e sobre a presença de uma força de trabalho - negra - que é discriminada étnica e socialmente, é extremamente importante para entender e analisar a classe trabalhadora no Brasil. O que espero de alguma maneira ter contribuído com a realização deste trabalho.



## Referências

- CARVALHO, J. M. **O pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina.** São Paulo: Global, 1983.
- FANON, F. **Por uma revolução africana: textos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1.** São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNANDES, F. **A força do argumento.** São Paulo: Editora da UFSCar, 1986.
- FERNANDES, F. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- GORENDER, J. **A escravidão reabilitada.** São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.
- GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- KOHAN, N. **Aproximaciones al marxismo: una introducción posible.** México D.F.: Ocean Sur, 2008.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2019.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARINI, R. M. **Vida e obra.** TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (org..).São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.

RIBEIRO, D. **As amélicas e a civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Global, 2021.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.